

**EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PERSPECTIVAS DE UMA
INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO NO NOROESTE DE MINAS GERAIS**

*EDUCATION AND REGIONAL DEVELOPMENT – PERSPECTIVES OF A FEDERAL
EDUCATION INSTITUTION IN NORTHWESTERN MINAS GERAIS*

Elias Rodrigues de Oliveira-Filho^{1*}

RESUMO

A educação escolar é um direito universal e se configura na alternativa mais viável para o processo de desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade. No Brasil, a partir da década de 1990, ocorreram avanços no acesso ao ensino básico, profissionalizante e superior, com melhora significativa das estruturas físicas e maior capacitação humana, principalmente com a criação e expansão dos institutos federais, que ofertam ensino, pesquisa, extensão e inovação. Nesse contexto, este estudo tem por objetivo apresentar o *Campus Arinos* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), que busca promover o desenvolvimento local e regional. Para tanto, fez-se levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Após compilação das informações, pode-se apontar que a educação ofertada pelo referido *campus* é um instrumento de aperfeiçoamento social de forma integrada, consciente e sustentável, com ampla possibilidade de evolução da sociedade dos municípios da área de abrangência.

Palavras-chave: Educação. Desenvolvimento. *Campus Arinos*. IFNMG. Minas Gerais.

ABSTRACT

School education is a universal right and is the most viable alternative for the social, economic and cultural development process of society. In Brazil, since the 1990s, there have been advances in access to basic, professional and higher education with significant improvement in physical structures and greater human training, mainly with the creation and expansion of the Federal Institutes, which offer education, research, extension and innovation. In this context, this study aims to present the *campus Arinos* of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Northern Minas Gerais (IFNMG), which seeks to promote local and regional development. For this purpose, a bibliographic and research as well as a field survey were carried out. After compiling the information, it can be pointed out that the education offered by the referred *campus* is an instrument of social improvement in an integrated, conscious and sustainable way, with a wide possibility of evolution for the societies of the municipalities in the coverage area.

Keywords: Education. Development. *Campus Arinos*. IFNMG. Minas Gerais.

¹ Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

* Contato: <elias.rodrigues@ifnmg.edu.br>

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma sociedade tem relação direta com o processo de formação educacional. Portanto, são requisitos fundamentais infraestrutura física, profissionais capacitados, proposta pedagógica que atenda a demanda e participação efetiva da comunidade escolar. No Brasil, a legislação garante ao cidadão o direito à educação básica gratuita, a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanecer na escola. No entanto, na prática, em pleno século XXI, muitas crianças e jovens não estão matriculados, além de o ensino ser descontextualizado da realidade. Neste contexto, a criação dos Institutos Federais (IFs), na década de 2000, teve, como principal meta, ofertar ensino, pesquisa, extensão e inovação, considerando as potencialidades de cada localidade em que estão inseridos. Assim, os profissionais dos IFs buscam reduzir as desigualdades regionais e promover avanços para a sociedade, já que a educação pode ser emancipadora no âmbito social.

Quando se aborda desenvolvimento regional, pode-se destacar o modelo de inovação de Hélice Quádrupla (HQ), que combina a sociedade civil organizada aliada à rede de ensino, empresas e governo, com o propósito de apoiar a evolução de ecossistemas de inovação e empreendedorismo. Deste modo, os IFs ocupam importância no processo de desenvolvimento regional. Diante do exposto, este artigo tem por objetivo apresentar o *Campus Arinos* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), que, desde a sua implantação, tem favorecido o desenvolvimento socioeconômico em Arinos e em outros municípios de Minas Gerais e Goiás. A pesquisa expõe, de forma objetiva e direta, o processo de implantação do *campus*, os desafios, avanços e as perspectivas para os próximos anos.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR E OS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL

A história da educação escolar no Brasil tem como marca o ensino alheio à realidade da vida dos indivíduos, além de ser excludente, por atender especialmente as classes de maior poder econômico. Conforme Silva e Medeiros Neta (2019), a obra intitulada “História do ensino industrial no Brasil”, da autoria de Celso Suckow Fonseca, faz alusão ao descaso histórico, pois, antes do século XX, não havia grande preocupação com a formação dos trabalhadores.

Em 1906, a Câmara dos Deputados enviou ao Senado Federal a Proposição 195, que autorizava o Estado brasileiro a destinar recursos financeiros para a criação da futura rede de escolas profissionais federais. O objetivo foi implantar ensino profissional em todo o país, uma tentativa da oligarquia de valorizar as atividades produtivas e o conceito de educação e trabalho, pois era necessária a profissionalização industrial e agrícola. O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, do então presidente Nilo Procópio Peçanha, determinou a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, tendo como uma das atribuições o ensino profissional (SILVA; MEDEIROS NETA, 2019).

As Escolas de Aprendizes Artífices atendiam aos propósitos de formação de mão de obra, especialmente para a indústria, além de contribuírem diretamente na manutenção da ordem urbana, já que disciplinavam os trabalhadores, tornando-os aptos para a vida produtiva. A “[...] escassez de mestres de ofícios especializados e de professores qualificados foram fatores decisivos, que influenciaram diretamente na baixa eficiência apresentada pela Rede de Escolas de Aprendizes Artífices” (SALES; OLIVEIRA, 2011, p. 171). Apesar de inúmeras dificuldades, o modelo profissional foi se consolidando e, posteriormente, constituiu-se na Rede de Escolas Técnicas do Brasil.

Em 1924, a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), contribuiu para a formação educacional do trabalhador. Romanelli (2012) argumenta:

De um lado, no campo das ideias, as coisas começaram a mudar-se com movimentos culturais e pedagógicos em favor de reformas mais profundas, de outro, no campo das aspirações sociais, as mudanças vieram com o aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do processo de urbanização ocasionado pelo impulso dado à industrialização após a I Guerra e acentuado depois de 1930 (ROMANELLI, 2012, p. 45).

Em 1931, a Reforma Francisco Campos estabeleceu a criação do currículo seriado, dividido em dois ciclos, com a duração do ensino fundamental em cinco anos e do ensino complementar em dois anos. Tendo como o principal articulador Anísio Teixeira, em 1932, foi elaborado o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, que assegurava e reconhecia a educação como direito de todos e dever do Estado, uma escola pública baseada nos princípios da laicidade, obrigatoriedade, gratuidade e coeducação (ROMANELLI, 2012).

Os ramos de ensino foram regulamentados por Leis Orgânicas do Ensino, entre 1942 e 1946. A Reforma Capanema de 1942 pode ser considerada o marco histórico do dualismo formação de intelectuais e de trabalhadores:

Em 1942, também, surgiu o chamado Sistema S4, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), impulsionando o atendimento em educação profissional (VIEIRA; SOUZA JÚNIOR, 2016, p. 157).

O Sistema S expandiu-se por todas as regiões do Brasil, contribuindo para a formação educacional e profissionalizante de vários brasileiros. A Constituição de 1946 estabeleceu que caberia à União organizar o Sistema Federal de ensino e legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. No entanto, apenas em 1961, ocorreu a publicação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Lei nº 4.024/1961, que não promoveu grandes avanços, no que se refere à descentralização e acesso ao sistema educacional (ROMANELLI, 2012).

Em 1971, foi promulgada a LDBEN nº 5.692, que determinou o ensino do primeiro grau em oito anos e o segundo grau em três anos, contudo, manteve o dualismo estrutural já existente. No Brasil, na década de 1990, os indicadores educacionais se configuravam inferiores quando comparados a outros países, além de que permaneciam desiguais entre as unidades da Federação. No intuito de promover avanços, foram criadas mais unidades do Sistema S e promulgada a LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Vieira e Souza Júnior (2016, p. 158) apontam: “Em 1990, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional do Transporte (Senat), o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (Sescoop) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae)”.

A Lei nº 9394/1996 favoreceu estratégias que aumentaram o número de matriculados e algumas melhorias na educação. Também, a partir da década de 1990, ocorreu a expansão do ensino superior no país, nas esferas pública e privada, além dos cursos de mestrado e doutorado. Entretanto, muitas escolas técnicas profissionalizantes foram desativadas, comprometendo a formação técnica e profissionalizante. Para a promoção do desenvolvimento, torna-se fundamental que a revolução técnica e científica tenha ampla e eficiente rede de educação. Logo, fez-se necessário reativar a forma técnica profissionalizante, concomitante com o ensino médio, além de estender a oferta de cursos superiores. Assim, na década de 2000, por

intermédio do Decreto nº. 5.154, de 23 de junho de 2004, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio passou a ser desenvolvida de forma integrada, articulada, concomitante ou subsequente ao ensino médio (BRASIL, 2004).

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os IFs:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Neste sentido, os IFs têm como missão oferecer no ensino médio cursos nas modalidades integrado, concomitante, subsequente e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional, com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA). Cabe também, aos IFs, ofertar cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, bem como pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), entre outros. As finalidades e características dos IFs estão estabelecidas no art. 6º da Lei nº 11.892/2008:

Art. 6º I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008, s/nº).

Com projetos bem estruturados, os IFs visam possibilitar aos estudantes a verticalização do ensino, na perspectiva de ofertar vários níveis e modalidades de ensino. Portanto, a criação

dos IFs objetiva promover o desenvolvimento local e regional, uma das razões da interiorização no território nacional. Os IFs valorizam a educação como processo de desenvolvimento do cidadão, para que seja atuante na construção de uma nação soberana e democrática, o que, por sua vez, pressupõe reduzir as desigualdades estruturais em determinadas regiões do país. Para Pacheco (2010):

Os Institutos Federais, com uma proposta singular de organização e gestão, no diálogo com as realidades regional e local e em sintonia com o global, costuram o tecido de uma rede social capaz de gerar, em resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e inclusivo, arranjos e tecnologias educacionais próprios. Vislumbra-se que se constituam um marco nas políticas educacionais no Brasil, pois desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. Na esquina do tempo, essas instituições podem representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento (PACHECO, 2010, p. 26).

Nessa conjuntura, parlamentares, gestores municipais, lideranças regionais, com a sociedade, empreendem esforços para implantação de IFs ou de um *campus*. O município de Arinos, inserido no Noroeste de Minas, obteve êxito na aprovação do projeto e, em 2009, iniciou as atividades do *campus*, autarquicamente vinculado ao IFNMG.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e trabalho de campo. Deram suporte à fundamentação teórica: Romanelli (2012); Pacheco (2010); Sales e Oliveira (2011); Vieira e Souza Júnior (2016); Silva e Medeiros Neta (2019); e dados e informações de Brasil (1996, 2004, 2008); IFNMG (2019) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010, 2020). Para caracterizar os municípios da área de abrangência do IFNMG - *Campus* Arinos, buscaram-se dados do censo demográfico do IBGE (2010) e estimativas de 2020 do IBGE (2020), já que, em função da pandemia da *Corona Virus Disease* 19 (COVID-19), o censo foi adiado.

Em relação ao trabalho de campo, este foi realizado no *Campus* de Arinos do IFNMG, em setembro de 2020, com o objetivo de caracterizar a infraestrutura física, além de buscar dados sobre o quadro humano, área de abrangência do *campus*, entre outros. Foram feitos registros fotográficos de ambientes da unidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2007, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), publicou Chamada Pública para a implantação de 150 novas instituições federais de educação tecnológica, no âmbito do Plano de Expansão Fase II da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Além da constituição dos IFs, o Decreto Federal nº 6.095, de 24 de abril de 2007, estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de ensino técnico.

Assim, em 2008, por meio da Lei nº11.892/2008, foram criados 38 IFs em todo o país, entre os quais o IFNMG. Após décadas de funcionamento como instituições independentes, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária, a Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF) e as Unidades de Ensino Descentralizadas de Almenara, Arinos, Pirapora, Araçuaí e Montes Claros passaram, a partir daquele momento, a fazer parte do IFNMG, como *campi*.

O IFNMG hoje conta com os seguintes *campi*: Montes Claros, Almenara, Araçuaí, Arinos, Diamantina, Janaúba, Januária, Pirapora, Porteirinha, Salinas e Teófilo Otoni. Na cidade de Montes Claros, há, ainda, a Reitoria e um Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (CEAD); o município de Buritis conta com o Centro de Referência de Educação, vinculado ao *Campus* Arinos, assim como no município de Corinto, com vínculo ao *Campus* Pirapora. Também existem polos na modalidade de Educação a Distância (EaD) em vários municípios da abrangência do IFNMG.

Em termos de localização geográfica, o IFNMG compreende áreas das mesorregiões Norte (municípios de Montes Claros, Janaúba, Januária, Pirapora, Porteirinha e Salinas); Jequitinhonha (municípios de Almenara, Araçuaí e Diamantina); Vale do Mucuri (município de Teófilo Otoni) e Noroeste de Minas (município de Arinos).

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação - MEC, integrante da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT, possui autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar. Tem sua Reitoria instalada no município de Montes Claros, norte do Estado de Minas Gerais e atualmente abrange 177 municípios nas regiões do Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Norte de Minas e Vale do Mucuri, com a atuação de suas 12 unidades de ensino (IFNMG, 2019, p. 10).

O IFNMG é uma instituição pública de extrema importância, por estender suas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação para vários municípios. Conforme previsto na legislação, o IFNMG apresenta autonomia nos limites do projeto educacional do país; já os *campi* estão

submetidos às diretrizes da Reitoria do IFNMG, portanto, os diretores devem atuar, conforme suas demandas, dentro de um projeto autárquico e em rede.

Com base no trabalho de campo e nos dados coletados, especificamente sobre o processo de implantação do *Campus Arinos* do IFNMG, pode-se apontar que esse iniciou em 2007, quando o município de Arinos obteve a terceira melhor colocação do Estado de Minas Gerais, resultado destacadamente favorável à Chamada Pública. Com a contrapartida obrigatória firmada, a Prefeitura Municipal de Arinos e um consórcio público, pela Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia, doaram uma fazenda com infraestrutura produtiva para a construção do *campus*. A área total do *Campus Arinos* é de sessenta e um (61) hectares, localizada no Km 392 da Rodovia MG 202, Arinos-Unai.

Na primeira etapa de construção, o investimento foi de seis milhões de reais (R\$ 6.000.000,00), sendo três milhões e quinhentos mil reais (R\$ 3.500.000,00) da concedente SETEC/MEC; quinhentos mil reais (R\$ 500.000,00) do proponente Prefeitura Municipal de Arinos e dois milhões de reais (R\$ 2.000.000,00) de outros parceiros, como a Fundação Banco do Brasil, Associação Comunitária dos Moradores de Arinos e Consórcio Intermunicipal, por intermédio da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia, entre outros (BRASIL, 2007).

Em fevereiro de 2009, iniciaram as atividades de ensino no *Campus Arinos* (Figura 1), a partir de convênio firmado entre o IFNMG e as Secretarias de Educação do Estado de Minas Gerais e do município de Arinos. No entanto, a autorização de funcionamento foi pela Portaria do MEC nº 113, de 29 de janeiro de 2010.

Figura 1. Visão vertical do *Campus Arinos* do IFNMG.



Fonte: Pesquisa de campo do autor, 2020.

A oferta do ensino médio e cursos técnicos se iniciou em 2009. Nos anos seguintes, conforme a demanda e a infraestrutura, estendeu-se a oferta de graduação e de cursos na modalidade de EaD. No que tange aos cursos técnicos, são três integrados: Técnico em Agropecuária, Técnico em Informática e Técnico em Meio Ambiente. Há também os cursos concomitantes/subsequentes de Técnico em Administração e Técnico em Manutenção e Suporte de Informática. São ofertados cinco cursos superiores: Administração, Engenharia Agrônoma, Sistemas de Informação, Tecnologia em Produção de Grãos e Tecnologia em Gestão Ambiental.

Em parceria com as prefeituras da região, são ofertados cursos técnicos e de Formação Inicial Continuada (FIC), na modalidade EaD, nos polos de: Bonfinópolis de Minas, Buritis, Chapada Gaúcha, Formoso, Riachinho, Unaí, Uruana de Minas e Urucua. Também foi implantado o Centro de Referência em Educação, para oferta de cursos técnicos presenciais em Buritis. Nos municípios de Buritis e Urucua, são ofertados cursos de graduação, por meio dos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), resultado das parcerias entre Governo Federal, *Campus Arinos* e dos governos municipais.

Com base no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a oferta de cursos no *Campus Arinos* integra as Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Exatas e da Terra. Os projetos desenvolvidos procuram fomentar ensino, pesquisa,

extensão e inovação, nas diferentes áreas de gestão e negócios, informação, comunicação, revitalização de bacias hidrográficas, preservação e conservação de recursos naturais, entre outros.

Quanto à infraestrutura física do *campus*, identificou-se, no trabalho de campo, que são trinta e quatro mil metros quadrados (34 mil m²) de área construída, sendo vinte e cinco (25) salas de aula com ar condicionado; prédio do Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CDTI); um auditório, com capacidade para trezentas e cinquenta (350) pessoas; uma biblioteca, com acervo que atende aos cursos oferecidos; lanchonete; restaurante, com espaço amplo para duzentas e cinquenta (250) pessoas; dois ginásios com quadra coberta; pista de atletismo; praças; espaços culturais de convivência (Figura 2).

Figura 2. Mosaico da infraestrutura do *Campus Arinos* do IFNMG.



Fonte: Pesquisa de campo do autor, 2020.

Existe instalação para moradia de sessenta (60) estudantes do sexo masculino, fator que reduz o custo de vida; dezesseis (16) laboratórios de: Biologia; Física; Química; Grãos; Microbiologia; Plantas, Solos, Água; Sementes; Informática (quatro unidades), Desenho Técnico e Topografia, Agroecologia, Matemática, Administração e Manutenção, todos equipados. Também existem uma área de reserva e uma fazenda experimental, essencial para aulas práticas (Figura 3).

Figura 3. Animais da fazenda experimental, *Campus Arinos* do IFNMG.



Fonte: Pesquisa de campo do autor, 2020.

A fazenda experimental e a área da reserva totalizam 52 hectares, ficam no perímetro do *campus*. A fazenda é fruto da parceria com a Prefeitura Municipal de Arinos e a Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia. Um espaço equipado com estruturas de tecnologias sociais, estufas, bovinocultura, suinocultura, Unidades de Ensino, Pesquisas e Extensão (UEpex), trator e implementos agrícolas, também se encontra em processo de ampliação da rede de extensão de água.

No que tange ao quadro de recursos humanos, o *Campus Arinos* conta com servidores qualificados (Tabela 1).

Tabela 1: Recursos humanos do *Campus Arinos* do IFNMG

Servidores	Quantidade	Qualificação
Docentes	57	08 Especialistas 35 Mestres 14 Doutores
Técnicos Administrativo em Educação	49	04 Ensino Médio 08 Ensino Superior 30 Especialistas 07 Mestres
Total		106

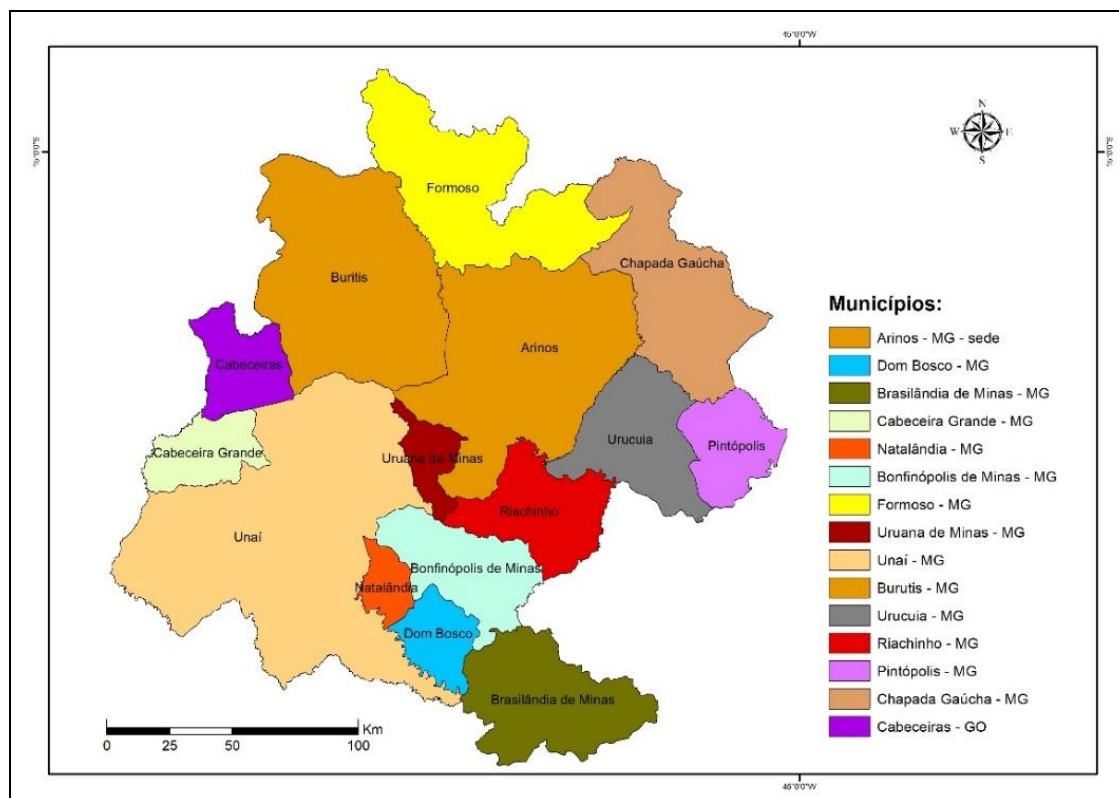
Fonte: Dados da Coordenação de Gestão de Pessoas-CGP do IFNMG *campus* Arinos, 2020.

Dentre os docentes, um ocupa a função de diretor-geral do campus, por mandato de quatro anos, eleito de forma direta por servidores e estudantes. Os profissionais são qualificados para atender as demandas. Toda a equipe busca contribuir na formação dos estudantes. Os professores, além de ministrarem aulas, são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, orientações de Trabalho de Conclusão de Curso e de iniciação científica, além das produções científicas, entre outras.

Entretanto, assim como em outros *campi* do IFNMG, no *Campus Arinos*, existe intensa movimentação de pessoal, o que dificulta o desenvolvimento de projetos de médio e longo prazo, essenciais para maior consolidação das ações. É importante ressaltar que o servidor efetivo tem o direito de remoção e redistribuição, mas isso acarreta em dificuldades, pois o há o trâmite para a remoção de outro profissional efetivo, ou o processo de contratação que envolve várias etapas.

No que se refere ao número de estudantes matriculados, em 2020, eram 1.096, sendo 609 no ensino superior e 487 em cursos técnicos/ensino médio, além de 1.487 estudantes na modalidade EaD. A origem dos estudantes é diversificada, mas prevalecem os municípios de Arinos, Brasilândia de Minas, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Natalândia, Uruana de Minas e Unaí (mesorregião Noroeste de Minas); Pintópolis, Chapada Gaúcha, Riachinho e Urucuiá (mesorregião Norte de Minas), além do município de Cabeceiras, no Estado de Goiás (Figura 4).

Figura 4. Área de abrangência do *Campus Arinos* do IFNMG.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Em relação aos municípios, estes, em geral, apresentam economia centrada nas atividades do campo, alguns com expressiva produtividade agropecuária atrelada à tecnologia, aspecto que justifica a oferta dos cursos do *Campus Arinos*. Em geral, os municípios apresentam ampla extensão territorial e grandes fazendas produtoras de grãos (feijão, milho, soja, trigo) e hortifrutigranjeiros. Os municípios de Arinos, Brasilândia de Minas, Buritis e Unai também se destacam na criação de bovinos, na modalidade extensiva. Em Chapada Gaúcha, existe elevada produção de sementes de capim.

Em relação ao censo demográfico do IBGE (2010), identificaram-se menos de 30 mil habitantes, exceto em Unai (Tabela 2):

Tabela 2: População dos municípios de abrangência do *Campus Arinos* do IFNMG (2010 e 2020)

Municípios	Rural	Urbana	Total 2010	Total 2020
Uruana de Minas (MG)	1.417	1.818	3.235	3.260
Natalândia (MG)	809	2.471	3.280	3.308
Dom Bosco (MG)	1.762	2.052	3.814	3.611
Bonfinópolis de Minas (MG)	1.728	4.137	5.865	5.444
Cabeceira Grande (MG)	1.156	5.297	6.453	6.988
Pintópolis (MG)	2.532	4.679	7.211	7.524
Cabeceira (GO)	1.849	5.505	7.354	8.046
Riachinho (MG)	3.572	4.435	8.007	8.134
Formoso (MG)	3.004	5.173	8.177	9.688
Chapada Gaúcha (MG)	5.044	5.761	10.805	13.953
Brasilândia de Minas (MG)	1.854	12.372	14.226	16.748
Urucuia (MG)	7.439	6.165	13.604	17.173
Arinos (MG)	6.820	10.854	17.674	17.862
Buritituba (MG)	6.637	16.100	22.737	25.013
Unaí (MG)	15.236	62.329	77.565	84.930
Total	60.859	149.148	210.007	231.682

Fonte: IBGE, Censo 2010, 2020. Elaborado pelo autor.

Pode-se concluir que a população total dos municípios da área de abrangência do campus é inferior a 300 mil. Quanto à distribuição, predominam habitantes da área urbana, exceto em Urucuia; em alguns municípios, a diferença é pequena, a saber, Chapada Gaúcha, Riachinho e Uruana de Minas. As estimativas para 2020 não apresentaram crescimento expressivo, além de dois municípios com redução: Dom Bosco e Bonfinópolis de Minas.

As ações desenvolvidas pelo *Campus Arinos* contam com apoio de diversos parceiros, a exemplo da Cooperativa de Agricultura Familiar Sustentável com Base em Economia Solidária (COPABASE), para desenvolvimento vários projetos. Há também convênio de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG), para implantação de escritório de negócios no *campus*. Assim, a parceria permite atender empreendimentos e negócios nos municípios da área de abrangência.

O CDTI tem grande importância nas parcerias, pois impulsiona diversos projetos como o Centro de Línguas, a incubadora de empresas e a Empresa Júnior, que fomenta pequenos negócios, empreendedorismo e inovação. No *Campus Arinos*, são executados projetos de ensino, extensão tecnológica e pesquisa aplicada. Em 2020, apesar das restrições ocasionadas pela COVID-19, alguns projetos de extensão permaneceram em execução, logicamente, atendendo todas as normas e protocolos sanitários. Projetos desenvolvidos em parceria com

escolas, abrigos, fundações, a saber, produção de álcool, máscaras e doação de alimentos.

No ensino atrelado à pesquisa e extensão, tem-se o desenvolvimento de outros projetos, sendo que, em 2020, iniciou-se o apoio ao Núcleo de Referência de Inovação Tecnológica em Energia Solar, ao empreendedorismo inovador, com foco na Economia 4.0 e ao Projeto Integrador de Nomenclatura de Estradas Rurais. O *Campus Arinos* foi contemplado como o projeto do Laboratório IF MAKER de prototipagem, espaço que vai permitir aprendizagem, contextualizando teoria/prática de novas tecnologias. Ademais, a execução dos projetos oportuniza evidências de estratégias que podem promover o desenvolvimento e reforçam a necessidade de amadurecimento regional, prosseguindo para quintupla hélice, incluindo na jornada, por exemplo, o resgate do projeto da área de preservação do meio ambiente, intitulado *Pró-Águas Urucuia*.

Quanto às perspectivas para o *Campus Arinos*, são várias demandas, mas a prioridade é o retorno das aulas, com a preservação de vidas, de acordo com as diretrizes do Plano de Contingência. Podem-se elencar outras prioridades, como melhorias e ampliação da infraestrutura já existente, pois existe demanda para implantação dos cursos de graduação em Educação do Campo e Engenharia Civil; cursos de especialização em Administração, Engenharia Agrônoma, Sistema de Informação e Gestão Ambiental. Também fazem parte da proposta da gestão: a implantação de cursos técnicos em Administração, na modalidade integrada ao ensino médio, de Agropecuária, em regime de alternância, subsequente/concomitante e nas áreas de Edificação e Arte.

Busca também ampliar os eventos, parcerias, convênios e acordos de cooperação mútua, ações que contribuam para conquistar os objetivos autárquicos; fortalecer o Programa Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes (PAPEE), que visa a melhorias na qualidade do ensino, em conformidade com a Lei nº 13.019, de 31/07/2014; implementar e consolidar o processo de institucionalização da EaD, como estratégia de potencialização do ensino; apoiar os servidores que buscam maior qualificação profissional; desenvolver projeto que viabilize o cultivo de alimentos para consumo dos estudantes.

Enfim, existem muitas metas e, para atingi-las, a gestão conta com a contribuição dos profissionais capacitados, dos estudantes, de toda a comunidade local e regional, do poder

público, de seus parceiros, entre outros, assim como da força e trabalho, objetivando o êxito e maior desenvolvimento local e regional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a implantação do *Campus Arinos* do IFNMG, diversas estratégias têm proporcionado o desenvolvimento sustentável da comunidade local e regional, promovendo maior investimento na formação de recursos humanos para o desempenho das profissões exigidas pela sociedade e necessárias para o mundo do trabalho, em contínuas e profundas modificações. A estrutura física e humana do *Campus Arinos* amplia as oportunidades de atuação dos estudantes no mundo de trabalho, pois os conteúdos são ministrados associando teoria e prática, tanto no ensino médio/técnico, como no ensino superior. Ao concluir o ensino médio, o estudante pode participar dos processos seletivos e ingressar no ensino superior.

Os profissionais do IFNMG - *Campus Arinos* têm desenvolvido ações de educação profissional, científica e tecnológica para o município de Arinos e região. Assim, promovem relações de cooperação, governança, desenvolvimento cultural, econômico e social sustentável, com relação às transformações do e no espaço; fortalecem a identidade cultural, contribuem na formação de pessoas para que aumentem o padrão de vida, a vivência dos direitos humanos, da democracia e do respeito ao meio ambiente.

É evidente que são grandes os desafios a curto, médio e longo prazo, mas o *Campus Arinos* do IFNMG tem se consolidado como referência, tendo em vista a oferta de cursos de qualidade e a ampliação do horizonte de oportunidades para os estudantes. A contribuição do *Campus Arinos* se constitui num referencial, como fator de desenvolvimento socioeconômico local e regional, sobretudo, na preparação de cidadãos para atuarem como verdadeiros agentes de mudança nos campos da atividade produtiva, econômica, social, política e cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº9.394 de 1996). Brasília: MEC, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº. 5.154, de 23 de junho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II**. Brasília: MEC, 2007.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2008.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020

_____. **Estimativas demográficas de 2020**. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2020.

IFNMG. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Relatório de Gestão - Exercício de 2019**. Montes Claros: IFNMG, 2019.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

SALES, P. E. N. OLIVEIRA, M. A. M. Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. In: M. L. M. Carvalho (Org.). **Cultura, saberes e práticas: memórias e história da educação profissional** (pp. 165-184). São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.

SILVA, J. C. da C; NETA MEDEIROS, O. M. História do ensino industrial no Brasil: uma análise historiográfica da obra de Celso Suckow da Fonseca. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-24. 2019. DOI: 10.4025/rbhe.v19.2019.e091

VIEIRA, A. M. D. P. SOUZA JÚNIOR, A. A Educação profissional no Brasil. **Revista Interações**, v. 12, n. 40, p. 152-169, 2016. DOI: 10.25755/int.10691